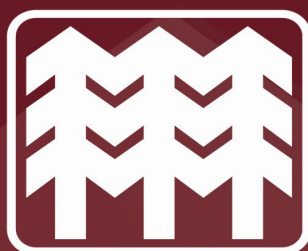


Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de
Relatórios Financeiros - IFRS

31 de março de 2023



**BANCO
PINE**

Índice

Relatório do Auditor Independente.....	1
Balanço Patrimonial Consolidado.....	4
Demonstração do Resultado Consolidada.....	5
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada.....	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada.....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada (Método Indireto).....	8
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	9
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	9
3. Principais Práticas Contábeis.....	9
4. Segmentos Operacionais.....	16
5. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	16
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras.....	16
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital.....	16
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e <i>Hedge</i>	17
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	20
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas.....	21
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda.....	21
12. Devedores Por depósito em Garantia.....	21
13. Outros Ativos.....	21
14. Imobilizado.....	22
15. Intangível.....	22
16. Depósitos de Instituições Financeiras.....	22
17. Depósitos de Clientes.....	22
18. Captações no Mercado Aberto.....	22
19. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários.....	22
20. Obrigações por empréstimos e Repasses.....	22
21. Dívida Subordinada.....	23
22. Outros Passivos Financeiros.....	23
23. Provisões.....	23
24. Obrigações Fiscais - Outras.....	24
25. Outros Passivos.....	24
26. Patrimônio Líquido.....	24
27. Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	24
28. Receitas com Juros e Similares.....	25
29. Despesas com Juros e Similares.....	25
30. Receitas de Tarifas e Comissões.....	25
31. Despesas de Tarifas e Comissões.....	25
32. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo.....	25
33. Variações Cambiais.....	25
34. Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	25
35. Despesas com Pessoal.....	25
36. Outras Despesas Administrativas.....	26
37. Provisões Líquidas.....	26
38. Resultado na Alienação de Bens.....	26
39. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	26
40. Limites Operacionais.....	26
41. Garantias Prestadas.....	27
42. Transações com Partes Relacionadas.....	27
43. Outras Divulgações.....	28
44. Gerenciamentos de Riscos.....	28
45. Reconciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido (BRGAAP e IFRS).....	34
Anexo I. Demonstração do Valor Adicionado Consolidada.....	35

Banco Pine S.A.
Demonstrações financeiras
intermediárias consolidadas em
31 de março de 2023
e relatório de revisão



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Pine S.A. e suas controladas (“Banco”) em 31 de março de 2023, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas, em 31 de março de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).



Banco Pine S.A.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas incluem a demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo 1 como informação suplementar para fins do IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, com o objetivo de concluir se esse Anexo está conciliado com as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração consolidada do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 19 de maio de 2023

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

ATIVO	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Disponibilidades	5	91.350	105.740
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		3.379.432	2.491.931
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		1.754.041	1.489.075
Instrumentos de dívida	7	34.643	91.527
Instrumentos de capital	7	105.820	661
Derivativos	8	1.613.578	1.396.887
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		1.625.391	1.002.856
Instrumentos de dívida	7	1.625.391	1.002.856
Ativos financeiros ao custo amortizado		12.211.396	11.371.341
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	447.593	382.892
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	6.373.011	5.512.788
Instrumentos de dívida	7.a	5.685.532	5.725.533
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(294.740)	(249.872)
Outros ativos		1.254.026	1.247.879
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	806.285	864.321
Outros		447.741	383.558
Devedores por depósitos em garantia	12	62.225	61.296
Imposto de renda a compensar		38.185	55.141
Outros ativos	13	347.331	267.121
Ativos Fiscais		740.807	772.728
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.e	740.807	772.728
Imobilizado	14	23.281	23.098
Imobilizado de uso		23.281	23.098
Intangível	15	1.076	1.291
Intangíveis		1.076	1.291
Total do ativo		17.701.368	16.014.008

PASSIVO	Nota	31/03/2023	31/12/2022
Passivos financeiros		16.710.178	15.076.384
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		1.846.744	1.709.632
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.846.744	1.709.632
Passivos financeiros ao custo amortizado		14.863.434	13.366.752
Depósitos de instituições financeiras	16	290.834	52.507
Depósitos de clientes	17	10.148.976	9.120.366
Captações no mercado aberto	18	3.751.063	3.943.495
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	420.714	-
Obrigações por empréstimos e repasses	20	13.729	14.781
Dívidas subordinadas	21	208.445	204.419
Outros passivos financeiros	22	29.673	31.184
Provisões	23	20.143	23.107
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		20.033	23.107
Provisões para riscos fiscais		110	-
Obrigações Fiscais	24	8.079	5.447
Outras		8.079	5.447
Outros Passivos	25	35.373	39.464
Total do passivo		16.773.773	15.144.402
Patrimônio Líquido	26	927.595	869.606
Capital social - País		722.798	722.798
Capital social - Exterior		128.867	128.867
(-) Ações em Tesouraria		(4.695)	-
Outros resultados abrangentes		(4.991)	(5.790)
Reservas de lucros		23.731	23.731
Lucros acumulados		35.435	-
Participação de não-controladores		26.450	-
Total do passivo e patrimônio líquido		17.701.368	16.014.008

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Receitas com juros e similares	28	446.426	307.273
Despesas com juros e similares	29	(452.919)	(286.900)
Receita líquida com juros e similares		(6.493)	20.373
Receitas de tarifas e comissões	30	11.321	7.045
Despesas de tarifas e comissões	31	(7.292)	(1.933)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		117.563	24.905
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		113.436	113.630
Instrumentos de dívida	32.a	6.950	6.764
Instrumentos de capital	32.a	1.626	2.080
Derivativos	8.i e 32.b	104.860	104.786
Variações cambiais	33	4.127	(88.725)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(30.496)	(793)
Empréstimos e adiantamentos a clientes		(23.682)	2.303
Instrumentos de dívida mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado		(6.814)	(3.096)
Outras receitas (despesas) operacionais	34	31.617	104
Receita líquida operacional		116.220	49.701
Despesas administrativas		(57.890)	(50.160)
Despesas com pessoal	35	(27.007)	(25.782)
Despesas tributárias		(7.545)	(5.907)
Outras despesas administrativas	36	(23.338)	(18.471)
Depreciações e amortizações		(1.207)	(2.604)
Provisões (líquidas)	37	272	7.910
Resultado na alienação de bens	38	9.306	4.038
Lucro líquido operacional antes da tributação		66.701	8.885
Imposto de renda e contribuição social	39.a	(31.266)	(4.842)
Lucro líquido consolidado		35.435	4.043
Lucro líquido por ação			
Lucro Líquido básico e diluído por ação			
Ações ordinárias		0,19	0,03
Ações preferenciais		0,19	0,03
Lucro Líquido atribuído/diluído			
Ações ordinárias		18.606	2.062
Ações preferenciais		16.829	1.981
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		97.895.475	75.577.842
Ações preferenciais		88.545.732	72.579.922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
Lucro Líquido consolidado		35.435	4.043
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		864	(205)
Variação de valor justo		5.211	(381)
Efeito fiscal		(4.347)	176
Hedges fluxo de caixa		(84)	(245)
Variação de valor justo		(152)	(445)
Efeito fiscal		68	200
Outros		19	36
Resultado abrangente		36.234	3.629

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

	Nota	Capital Social	Aumento de capital	Reservas de lucros	Ações em Tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/ (Prejuízos) Acumulados	Participação de não controladores	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.202.393	-	-	-	(4.522)	(394.617)	-	803.254
Lucro Líquido consolidado do período		-	-	-	-	-	4.043	-	4.043
Outros resultados abrangentes	27	-	-	-	-	(414)	-	-	(414)
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	(381)	-	-	(381)
Hedges fluxos de caixa		-	-	-	-	(445)	-	-	(445)
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	376	-	-	376
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	36	-	-	36
Outras mutações do patrimônio líquido		-	49.638	-	-	-	-	-	49.638
Aumento de capital	26.a	-	49.638	-	-	-	-	-	49.638
Saldos em 31 de março de 2022		1.202.393	49.638	-	-	(4.936)	(390.574)	-	856.521
Saldos em 31 de dezembro de 2022		851.665	-	23.731	-	(5.790)	-	-	869.606
Lucro Líquido consolidado do período		-	-	-	-	-	35.435	-	35.435
Outros resultados abrangentes	27	-	-	-	-	799	-	-	799
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	5.211	-	-	5.211
Hedges fluxos de caixa		-	-	-	-	(152)	-	-	(152)
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	(4.279)	-	-	(4.279)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	19	-	-	19
Outras mutações do patrimônio líquido		-	-	-	(4.695)	-	-	26.450	21.755
Participação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	26.450	26.450
Aquisição de ações em tesouraria	26.d	-	-	-	(4.695)	-	-	-	(4.695)
Saldos em 31 de março de 2023		851.665	-	23.731	(4.695)	(4.991)	35.435	26.450	927.595

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

	Nota	31/03/2023	31/03/2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido ajustado		93.248	44.058
Lucro Líquido do período		35.435	4.043
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(1.581)	40.048
Depreciação e Amortização		1.207	2.604
Impostos diferidos		27.963	4.480
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		30.496	793
Provisões / Reversões para contingências (Líquidas)		(272)	(7.910)
Varição de ativos e passivos operacionais		(258.916)	(246.928)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA (Instrumentos de dívida e de capital)		(683.532)	(149.178)
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		(79.579)	222.781
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(216.560)	(94.248)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(815.355)	69.230
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)		(4.435)	34.688
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		112.254	(36.827)
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		(929)	(642)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		16.956	1.063
(Aumento) Redução de Outros ativos		(80.210)	(12.828)
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		3.958	10.760
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		238.327	(3.747)
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		1.028.610	93.501
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		(192.432)	(359.587)
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		420.714	(6.435)
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		(1.052)	(5.446)
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		(1.511)	(21)
Aumento (Redução) de Provisões		(2.692)	(13.643)
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		2.632	(11.239)
Aumento (Redução) de Outras obrigações		(4.080)	14.890
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		(165.668)	(202.870)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(1.173)	(167)
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		(1.173)	(167)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		-	49.638
Dívidas subordinadas		4.026	1.775
Venda (Aquisição) de ações em tesouraria		(4.695)	-
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		(669)	51.413
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	301.559	312.602
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		1.581	(40.048)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	135.630	120.930

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro Internacional Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 19 de maio de 2023, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS, de 31 de março de 2023, pela Diretoria do Pine.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

b) Normas e interpretações que entraram em vigor após 1º de janeiro de 2023

Na data de preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 31 de março de 2023 e ainda não foram adotadas pelo Banco Pine são:

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: A alteração tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2023. O Banco Pine não identificou impactos.

IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração tem como objetivo esclarecer como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente à transações futuras e outros eventos futuros, já as mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente à transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. O Banco Pine não identificou impactos.

IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: A alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. O Banco Pine não identificou impactos.

IFRS 17 - Contratos de Seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2023. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Pine não identificou impactos.

Melhorias anuais: Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- **IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros:** Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

- **IFRS 16 - Arrendamentos:** alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

- **IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Em maio de 2020, o IASB emitiu alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. O Pine não identificou impactos relevantes sobre o tema.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Banco Pine.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas:

Atividades	Participação no capital (%)		
	31/03/2023	31/12/2022	
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9999	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9900
Fiagro Imobiliário ID Goiana	Fundo de investimentos	74,9393	-
Chimera Alternative Assets I FIDC	Fundo de investimentos	100,0000	-

31/03/2023

	P3					Pine Corretora	Pine Ativos Imobiliários	Fiagro Imobiliário ID Goiana (4)	Chimera Alternative Assets I FIDC (5)
	Pine Investimentos	Pine Planejamento	Desenvolvimento Imobiliário (1)(2)(3)	Pine Campo Grande	Pine Assessoria				
ATIVO									
Disponibilidades	2.362	-	20.179	-	3.342	39	16.392	28	1
Outros ativos financeiros associadas	1.795	199	-	558	-	3.772	4.373	105.476	54.253
Investimento em participações em coligadas e controladas	-	-	(4.118)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos	2.673	295	563.054	51.117	827	20.609	1.170	32	-
Total do ativo	6.830	494	579.115	51.675	4.169	24.420	38.803	105.536	54.254
PASSIVO									
Outros passivos	392	2	14.804	10	242	746	254	18	36
Total do passivo	392	2	14.804	10	242	746	254	18	36
Patrimônio líquido	6.438	492	564.311	51.665	3.927	23.674	38.549	105.518	54.218
Capital social	4.765	10	565.797	53.200	500	18.102	36.993	105.545	51.550
Reservas de Lucros	1.692	600	-	-	3.027	5.318	372	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	(19)	(118)	(1.486)	(1.535)	400	254	1.184	(27)	2.668
Total do patrimônio líquido	6.438	492	564.311	51.665	3.927	23.674	38.549	105.518	54.218
Total do passivo e patrimônio líquido	6.830	494	579.115	51.675	4.169	24.420	38.803	105.536	54.254

(1) A Administração da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) aprovou em reunião de sócios realizada em 03 de outubro de 2022, a redução de capital social no montante de R\$175.397, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, se iniciou nesta data, com encerramento em 09 de janeiro de 2023. Após a redução, o capital social passou a ser R\$390.400.

(2) Em reunião de sócios realizada em 09 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$29.891, mediante emissão de 43.319.875 novas quotas. Referidas novas quotas são subscritas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A., estando dispensada a integralização de tal parcela devida decorrente deste aumento de capital, considerando que: (i) em razão da redução de capital deliberada em 03 de outubro de 2022, a Sociedade deve restituir parte do valor das quotas aos sócios ou dispensar as prestações ainda devidas; (ii) houve a restituição de parte do valor das quotas ao sócio Banco Pine S.A.. Dessa forma, o valor remanescente a ser reembolsado ao sócio Banco Pine S.A., será realizado através de dispensa da parcela de integralização devida, em razão deste aumento de capital.

(3) Em reunião de sócios realizada em 01 de fevereiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$145.506, mediante emissão de 210.878.619 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A..

(4) Em fevereiro de 2023, o Banco Pine se tornou cotista do Fiagro Imobiliário ID Goiana, com participação de 74,94%, mediante cessão.

(5) Em fevereiro de 2023, o Banco Pine se tornou cotista do Chimera Alternative Assets I FIDC, com participação de 100,00%, mediante cessão.

Consolidação

O Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Bacen.

f) Moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do consolidado determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – "Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio". Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior.

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Banco Pine, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;

• Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em "outros resultados abrangentes".

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em "Resultado de ativos e passivos financeiros mensurados através de Valor Justo no Resultado (VJR)".

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

k) Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Pine são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros") - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja gerido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros'.

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação à mercado, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mantidos para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação, se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou

- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.m).

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F) e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações cotadas em bolsa sem liquidez e títulos privados onde não possuem dados de mercado observáveis para determinar a melhor referência de valor justo. Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no período findo em 31 de março de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

	31/03/2023			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	140.463	1.613.578	-	1.754.041
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	872.139	662.397	90.855	1.625.391
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	1.846.744	-	1.846.744
	31/12/2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	92.188	1.396.887	-	1.489.075
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	780.378	114.562	107.916	1.002.856
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	1.709.632	-	1.709.632

Nos períodos findo em 31 de março de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não houve transferência entre os níveis.

l) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo, conforme quadro abaixo:

	31/03/2023		31/12/2022	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	91.350	91.350	222.710	222.710
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	447.593	447.593	93.012	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱⁱ⁾	6.396.790	6.373.011	4.311.154	4.342.045
Instrumentos de dívida ⁽ⁱⁱ⁾	6.246.669	5.685.532	6.513.018	5.869.621
Total dos ativos financeiros	6.935.733	6.911.954	4.626.876	4.657.767
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	290.834	290.834	532.246	532.246
Depósitos de clientes ^(iv)	9.127.890	10.148.976	6.411.045	7.152.398
Captações no mercado aberto ⁽ⁱⁱⁱ⁾	3.751.063	3.751.063	4.485.016	4.485.016
Obrigações por títulos e valores mobiliários ^(iv)	420.714	420.714	6.435	6.435
Obrigações por empréstimos e repasses ^(iv)	13.794	13.729	41.700	40.662
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	29.673	29.673	27.971	27.971
Dívidas subordinadas ^(v)	208.445	208.445	132.506	132.506
Total dos passivos financeiros	13.842.413	14.863.434	11.636.919	12.377.234

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes, instituições financeiras e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) Reclassificação de instrumentos financeiros

O Pine não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Pine não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos períodos apresentados.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas".

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do Pine para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 44.h.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 44.h.

O Pine estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 44.h.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default – EAD*): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada a inadimplência (*loss given default – LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 44.h.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o Pine estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

(i) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- IGPM;

- Produção Industrial (%).

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Pine considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do exercício.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São considerados como tal os ativos não correntes cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como "mantido para a venda", o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores são considerados como ativos não correntes "mantidos para a venda" se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para a venda". Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

p) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transferiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

- Veículos: 5 anos
- Sistemas de computação: 5 anos
- Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O Banco arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes ao mecanismo de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data (Nota 14).

q) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

r) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

s) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

t) Impairment de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount*, que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

u) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

v) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

x) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

w) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

x) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

y) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Pine não possuía instrumentos com potencial de diluição nos períodos findos em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis e intangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2023	31/12/2022
Disponibilidades (Caixa)	91.350	105.740
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 6) ⁽¹⁾	44.280	195.819
Total	135.630	301.559

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/03/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	447.593	382.892
Total	447.593	382.892
Tipo:		
Aplicações em operações compromissadas	41.290	15.002
Aplicações em depósitos interfinanceiros	406.303	367.890
Total	447.593	382.892

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, estão compostos como segue:

Classificação	31/03/2023			31/12/2022		
	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	34.643	34.804	(161)	91.527	92.272	(745)
Instrumentos de capital	105.820	105.820	-	661	661	-
Total	140.463	140.624	(161)	92.188	92.933	(745)
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	1.625.391	1.630.389	(4.998)	1.002.856	1.013.066	(10.210)
Total	1.625.391	1.630.389	(4.998)	1.002.856	1.013.066	(10.210)
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	5.685.532	5.685.532	-	5.725.533	5.725.533	-
Total	5.685.532	5.685.532	-	5.725.533	5.725.533	-
Total Geral	7.451.386	7.456.545	(5.159)	6.820.577	6.831.532	(10.955)

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

Papel/Vencimento							31/03/2023		Valor de Curva
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de Mercado/Contábil		
							Acima de 15 anos	Total	
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado									
Ações de companhias abertas	343	-	-	-	-	-	-	343	343
Ações de companhias fechadas	105.477	-	-	-	-	-	-	105.477	105.477
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	25.639	-	25.639	25.628
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	8.708	-	296	-	9.004	9.176
Total	105.820	-	-	8.708	-	25.935	-	140.463	140.624
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes									
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	-	3.358	-	-	3.358	8.140
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	32.807	5.117	-	37.924	37.445
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	21.055	-	21.055	20.594
Debêntures	-	-	36.546	2.630	624.082	22.936	-	686.194	683.916
Nota comercial	-	-	4.721	-	-	-	-	4.721	4.656
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	221.448	-	-	-	221.448	221.432
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	60.077	-	-	-	-	60.077	62.359
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	83.502	-	51.473	391.088	10.321	-	536.384	535.781
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	54.230	-	-	-	54.230	56.066
Total	-	83.502	101.344	329.781	1.051.335	59.429	-	1.625.391	1.630.389
Instrumentos fin. ao custo amortizado									
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	-	-	12.225	-	12.225	12.225
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	651.356	-	-	-	651.356	651.356
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	449.905	-	-	-	-	449.905	449.905
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	146.564	-	656.439	590.961	300.248	-	1.694.212	1.694.212
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	250.628	2.129.649	497.557	-	2.877.834	2.877.834
Total	-	146.564	449.905	1.558.423	2.720.610	810.030	-	5.685.532	5.685.532
Total Geral	105.820	230.066	551.249	1.896.912	3.771.945	895.394	-	7.451.386	7.456.545

Papel/Vencimento							31/12/2022		Valor de Curva
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de Mercado/Contábil		
							Acima de 15 anos	Total	
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado									
Ações	661	-	-	-	-	-	-	661	661
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	62.330	-	62.330	62.376
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	8.611	20.291	16	279	29.197	29.896
Total	661	-	-	8.611	20.291	62.346	279	92.188	92.933
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes									
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	-	-	4.048	-	4.048	4.037
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	28.676	8.193	-	36.869	36.008
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	-	20.679	-	20.679	20.621
Debêntures	-	-	52.452	-	85.548	22.882	-	160.882	160.861
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	214.254	-	-	-	214.254	214.484
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	14.013	44.140	-	-	-	58.153	61.319
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	80.532	28.079	334.402	10.130	-	453.143	460.908
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	54.828	-	-	-	54.828	54.828
Total	-	-	146.997	341.301	448.626	65.932	-	1.002.856	1.013.066
Instrumentos fin. ao custo amortizado									
<i>Eurobonds</i>	-	-	-	-	-	13.934	-	13.934	13.934
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	630.921	-	-	-	630.921	630.921
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	130.180	313.224	-	-	-	443.404	443.404
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	142.302	650.420	589.310	299.065	-	1.681.097	1.681.097
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	258.326	2.187.610	510.241	-	2.956.177	2.956.177
Total	-	-	272.482	1.852.891	2.776.920	823.240	-	5.725.533	5.725.533
Total Geral	661	-	419.479	2.202.803	3.245.837	951.518	279	6.820.577	6.831.532

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

Instrumentos financeiros derivativos	31/03/2023			31/12/2022		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	17.734	1.390.520	1.408.254	19.292	1.307.649	1.326.941
Contratos a termo - a receber	127.055	63.668	190.723	41.848	22.343	64.191
Prêmios de opções a exercer	4.334	10.267	14.601	4.681	1.074	5.755
Total a receber	149.123	1.464.455	1.613.578	65.821	1.331.066	1.396.887
PASSIVO						
Swap - diferencial a receber	(10.357)	(1.721.565)	(1.731.922)	(7.102)	(1.620.911)	(1.628.013)
Contratos a termo - a pagar	(89.346)	(17.285)	(106.631)	(65.076)	(3.072)	(68.148)
Prêmios de opções lançadas	(7.805)	(386)	(8.191)	(12.406)	(1.065)	(13.471)
Total a pagar	(107.508)	(1.739.236)	(1.846.744)	(84.584)	(1.625.048)	(1.709.632)
Valor líquido	41.615	(274.781)	(233.166)	(18.763)	(293.982)	(312.745)

e) Valores de referência (*notional*) e valores justos de derivativos de negociação e hedge

	31/03/2023				31/12/2022			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:								
Juros	5.119.259	1.402.350	-	-	5.083.801	1.320.511	-	-
Moeda	4.952.286	1.367.495	-	-	4.836.332	1.281.171	-	-
Commodities	166.973	34.855	-	-	247.469	39.340	-	-
Posição passiva:								
Juros	5.119.259	-	(1.719.240)	3.400.019	5.083.801	-	(1.614.337)	3.469.464
Moeda	5.027.531	-	(1.718.529)	3.309.002	4.824.607	-	(1.609.923)	3.214.079
Commodities	91.728	-	(711)	90.017	259.194	-	(4.414)	254.780
Valor líquido		1.402.350	(1.719.240)	6.012		1.320.511	(1.614.337)	1.548
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:								
Moeda	5.889	5.904	-	15	5.889	6.430	-	541
Valor líquido		5.904		(375)		6.430		(2.043)
Risco de mercado								
Posição passiva:								
Juros	317.285	-	(12.682)	304.603	317.285	-	(13.676)	303.609
Moeda	-	-	(12.682)	12.682	-	-	(13.676)	13.676
Valor líquido			(12.682)	(19.387)			(13.676)	(2.043)
Valor líquido de Swap		1.408.254	(1.731.922)	(323.668)		1.326.941	(1.628.013)	(304.072)
Contratos a termo								
Posição ativa:								
Juros	5.408.883	190.723	-	5.600.606	6.344.982	64.191	-	6.409.173
Moeda	2.063.401	166.710	-	2.230.111	4.201.766	42.242	-	4.243.008
Commodities	3.112.014	1.333	-	3.113.347	1.981.317	16.999	-	3.130.316
Posição passiva:								
Juros	5.408.883	-	(106.631)	5.302.252	6.344.982	-	(68.148)	5.234.104
Moeda	3.345.481	-	(103.799)	3.241.682	2.143.216	-	(23.864)	3.217.818
Commodities	1.284.331	-	(2.832)	1.281.500	3.508.768	-	(40.807)	1.240.693
Valor líquido		190.723	(106.631)	(16.908)		64.191	(68.148)	(389.856)
Opções								
Prêmios de opções a exercer:								
Moeda	228.080	14.601	-	242.681	145.795	5.755	-	151.440
Commodities	228.080	14.601	-	242.681	5.655	5.067	-	10.718
Prêmios de opções lançadas:								
Moeda	424.150	-	(8.191)	415.959	360.555	-	(13.471)	372.484
Commodities	424.150	-	(8.191)	415.959	5.655	-	(13.442)	402.517
Valor líquido				14.424		5.755	(13.471)	22.169
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.613.578	(1.846.744)	(233.166)		1.396.887	(1.709.632)	(312.745)

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	31/03/2023								31/12/2022									
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)	Resultado						
	Compra	Venda			Compra	Venda			Compra	Venda								
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	1.516	15.288.385	(273)	13.770	131.730	2.942.498	1.109	14.539	2.876.669	11.854	12.691	121.087	550.446	2.066	104.600	553.783	(3.692)	
Moeda	121.087	550.446	2.066	123.153	686.448	168.727	-	578.583	246.262	-	-	578.583	246.262	-	686.448	168.727	-	
Cupom cambial futuro	578.583	246.262	-	578.583	686.448	168.727	-	578.583	246.262	-	-	578.583	246.262	-	686.448	168.727	-	
Índice Bovespa (Ibovespa)	715.725	18.961.762	13.647	116.592	2.733.290	3.665.008	10.108	715.725	18.961.762	13.647	116.592	715.725	18.961.762	13.647	2.733.290	3.665.008	10.108	
Total																		

(1) Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	31/03/2023						31/12/2022	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	
Swap	373.644	77.494	4.684.229	307.066	-	5.442.433	5.406.975	
Contratos a termo	3.657.126	849.236	902.521	-	-	5.408.883	6.344.982	
Opções	488.480	55.850	107.900	-	-	652.230	506.350	
Futuros	15.441.263	586.069	2.443.870	988.339	217.946	19.677.487	6.398.298	
Total	19.960.513	1.568.649	8.138.520	1.295.405	217.946	31.181.033	18.656.605	

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	Valor Contábil	
	31/03/2023	31/12/2022
Empréstimos e adiantamentos a clientes - Custo Amortizado		
Empréstimos e recebíveis	5.976.691	5.195.599
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(288.425)	(242.990)
Total	5.688.266	4.952.609
Títulos com risco de crédito		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	765.477	236.412
Ativos financeiros ao custo amortizado	385.423	317.189
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(4.614)	(4.326)
Total	1.146.286	549.275
Total - Custo amortizado	6.362.114	5.512.788
Total - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	765.477	236.412
Garantias prestadas e responsabilidades	437.973	367.222
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(1.092)	(1.201)
Limites de crédito a liberar	135.426	152.341
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(609)	(1.355)
Total carteira expandida	7.700.990	6.268.763
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 13)	121.649	59.946
(+/-) Ajuste ao valor justo⁽¹⁾	13.263	(6.558)
(+/-) Ágio/deságio sobre carteira adquirida	(2.366)	-
Total (-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) - Custo Amortizado	(294.740)	(249.872)
Total carteira expandida ajustada ao valor justo, líquida de <i>impairment</i>	7.538.796	6.072.279

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

b) Tipo de crédito

	31/03/2023	31/12/2022
Capital de giro	2.332.936	2.157.420
Conta corrente garantida	123.804	161.853
Repasse de instituições oficiais do Brasil	1.554	2.503
Financiamentos a exportação	6.672	5.815
Financiamento em moeda estrangeira	541.436	644.294
Títulos descontados	255.080	482.906
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	385.423	317.189
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	520.334	432.370
Avais e Fianças Honradas	82.019	76.743
FGI PEAC ⁽²⁾	404.914	370.417
Empréstimo FGTS ⁽³⁾⁽⁴⁾	453.587	208.438
Consignado	1.254.355	652.840
Total	6.362.114	5.512.788
Créditos abertos para importação	81.246	12.218
Garantias prestadas	356.727	355.004
Garantias prestadas e responsabilidades	437.973	367.222
Instrumentos de dívida privados ⁽⁵⁾	765.477	236.412
Títulos com risco de crédito	765.477	236.412
Limites de Crédito a Liberar	135.426	152.341
Total carteira expandida	7.700.990	6.268.763

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda.

(2) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei nº 12.042/20 e Resolução CMN nº 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

(3) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(4) A partir do terceiro trimestre de 2022, o Banco Pine adquiriu carteira de empréstimo do segmento varejo com Instituições Financeiras.

(5) Composto por debêntures, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds (Nota 7.b).

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

c) Por ramo de atividade

	31/03/2023	31/12/2022
Agronegócio	946.493	905.157
Imobiliário	591.048	631.218
Infraestrutura	319.451	323.972
Logística e Transporte	369.155	311.244
Mineração	155.468	151.605
Telecom e TI	27.349	30.617
Indústria	589.583	699.429
Serviços	442.639	423.832
Químico e Petroquímico	140.729	175.431
Energia	103.897	109.966
Comércio	284.252	267.191
Instituição Financeira	138.707	25.136
Saúde e Educação	56.136	56.164
Papel e Celulose	28.107	35.150
Pessoa física	1.823.092	905.274
Outros	346.008	461.402
Total - Custo amortizado⁽¹⁾	6.362.114	5.512.788

(1) A partir do primeiro trimestre de 2023, a informação da tabela acima passou a ser demonstrada pelo o total de custo amortizado (não expandida). Foram adotados os mesmos critérios para os saldos comparativos, para melhor comparabilidade.

d) Por nível de concentração

	31/03/2023		31/12/2022	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	155.468	2,44	151.605	2,75
2º ao 10º	708.430	11,14	730.648	13,25
11º ao 20º	514.519	8,09	491.826	8,92
21º ao 50º	894.214	14,06	834.127	15,13
51º ao 100º	700.008	11,00	699.133	12,68
Demais devedores	3.389.475	53,27	2.605.449	47,27
Total - Custo amortizado⁽¹⁾	6.362.114	100,00	5.512.788	100,00

(1) A partir do primeiro trimestre de 2023, a informação da tabela acima passou a ser demonstrada pelo o total de custo amortizado (não expandida). Foram adotados os mesmos critérios para os saldos comparativos, para melhor comparabilidade.

e) Recuperação de crédito

No período findo em 31 de março de 2023, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$920 (R\$238 no período findo em 31 de março de 2022).

f) Renegociação de contratos

Em 31 de março de 2023 existiam contratos renegociados no valor de R\$546.483 (R\$513.114 em 31 de dezembro de 2022). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

g) Cessões de Crédito

No período findo em 31 de março de 2023, não foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$6.000. Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$708, não descontado a provisão no valor de R\$3.241. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Outras Despesas Operacionais'.

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado e VJORA por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao custo amortizado	5.889.357	4.825.148	885.316	1.041.457	45.931	29.075
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	406.303	367.890	41.290	15.002	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.483.054	4.457.258	844.026	1.026.455	45.931	29.075
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros res. abrangentes (VJORA)	662.396	114.560	937.454	845.694	25.541	42.602
Instrumentos de dívida	662.396	114.560	937.454	845.694	25.541	42.602
Garantias prestadas e responsabilidades	398.632	332.972	5.006	-	34.335	34.250
Limites de crédito a liberar	43.493	44.991	91.933	107.150	-	200
Total	6.993.878	5.317.671	1.919.709	1.994.301	105.807	106.127

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos.

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

Estágios 1-2-3	31/03/2023				31/12/2022			
	1°	2°	3°	Total	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	34.272	225.992	32.776	293.040	37.907	190.663	18.746	247.316
Garantias prestadas e responsabilidades	-	46	1.045	1.091	158	-	1.043	1.201
Limites de crédito a liberar	210	399	-	609	282	1.073	-	1.355
Total Geral	34.482	226.437	33.821	294.740	38.347	191.736	19.789	249.872

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estágios 1-2-3	31/03/2023			
	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2023	38.347	191.736	19.789	249.872
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(150)	2.683	-	2.533
Estágio 1 para o Estágio 3	(27)	-	1.954	1.927
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(3.368)	9.846	6.478
Estágio 2 para o Estágio 1	1.663	(15.331)	-	(13.668)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	2.544	13.590	862	16.996
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	124	45.330	3.607	49.061
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(8.019)	(8.203)	(2.237)	(18.459)
Total dos movimentos	(3.865)	34.701	14.032	44.868
Saldos em 31 de março de 2023	34.482	226.437	33.821	294.740

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no período e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

Estágios 1-2-3	31/12/2022			
	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2022	8.550	9.016	158.719	176.285
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(2.015)	17.421	-	15.406
Estágio 1 para o Estágio 3	(13)	-	3.115	3.102
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(39)	404	365
Estágio 2 para o Estágio 1	9	(275)	-	(266)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	22.716	(40.125)	(17.409)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	36.383	143.913	14.111	194.407
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	973	2.728	(233)	3.468
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	(5.540)	(3.744)	(116.202)	(125.486)
Total dos movimentos	29.797	182.720	(138.930)	73.587
Saldos em 31 de dezembro de 2022	38.347	191.736	19.789	249.872

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/03/2023	31/12/2022
Bens Não de Uso	806.285	864.321
Total	806.285	864.321

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 31 de março de 2023, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R\$62.225 (R\$61.296 em 31 de dezembro de 2022), representados principalmente por depósitos sobre imposto PIS no valor de R\$51.759 (R\$51.020 em 31 de dezembro de 2022).

13. OUTROS ATIVOS

	31/03/2023	31/12/2022
Adiantamentos	5.997	5.766
Comissões sobre avais e fianças	12.972	13.890
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	80.347	80.610
Despesas antecipadas	75.166	71.522
Liquidação de câmbio pronto	-	1.604
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 9.a) ⁽¹⁾	121.649	59.946
Outros recebíveis	51.200	33.783
Total	347.331	267.121

(1) Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, refere-se ao prêmio pago na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a ser reconhecido na rubrica de receitas com juros e similares da Demonstração do Resultado, em razão da fluência do prazo das operações.

14. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2022	01/01 a 31/12/2022			31/03/2023	
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	6.007	1.173	(239)	23.186	(16.245)	6.941
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.007	1.173	(239)	23.186	(16.245)	6.941
Outros Imobilizados de Uso	17.091	-	(62)	29.305	(12.965)	16.340
Sistema de Segurança e Comunicação	1.991	-	(62)	3.861	(1.932)	1.929
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	2.278	(2.278)	-
Imobilizado de arrendamento ⁽¹⁾	15.100	-	-	23.166	(8.755)	14.411
Total	23.098	1.173	(301)	52.491	(29.210)	23.281

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, enquanto a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%

15. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	31/03/2023		31/12/2022	
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - software	3.862	(2.786)	1.076	1.291
Total	3.862	(2.786)	1.076	1.291

16. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/03/2023	31/12/2022
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	290.834	52.507
Total	290.834	52.507
Vencimento		
De 61 a 90 dias	290.834	-
De 91 a 180 dias	-	52.507
Total	290.834	52.507

17. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31/03/2023	31/12/2022
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	10.148.976	9.120.366
Total	10.148.976	9.120.366
Tipo		
Depósitos à vista	100.742	108.083
Depósitos a prazo	8.074.397	7.895.350
Letras de crédito de agronegócio	967.466	818.743
Letras de crédito imobiliário	1.006.371	298.190
Total	10.148.976	9.120.366
Por vencimento		
Sem vencimento	100.742	108.083
Até 30 dias	306.476	112.046
De 31 a 60 dias	221.008	154.137
De 61 a 90 dias	159.700	303.480
De 91 a 180 dias	777.316	257.103
De 181 a 360 dias	1.413.311	1.794.702
Acima de 360 dias	7.170.423	6.390.815
Total	10.148.976	9.120.366

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/03/2023	31/12/2022
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	299.822	289.681
LFT - letra financeira do tesouro	409.504	213.828
NTN - notas do tesouro nacional	2.949.143	3.337.505
Debêntures	92.594	102.481
Total	3.751.063	3.943.495

19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País	Taxa de Juros	31/03/2023	31/12/2022
Letras Financeiras	10,04% a.a.	420.714	-
Total		420.714	-

20. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/03/2023	31/12/2022
Repasse do país - instituições oficiais	1.553	2.501
Operações de repasses do exterior	12.171	12.275
Operações de empréstimos do exterior	5	5
Total	13.729	14.781

Por vencimento	Moeda de Emissão		Até		31/03/2023	
	Taxa de Juros		3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	1,59% a.a.	717	836	-	1.553
Operações de repasses do exterior	US\$	5,85% a.a.	6.120	6.051	-	12.171
Operações de empréstimos do exterior	US\$	1,66% a.a.	5	-	-	5
Total			6.842	6.887	-	13.729

Por vencimento	Moeda de Emissão		Até		31/12/2022	
	Taxa de Juros		3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	1,59% a.a.	950	1.507	44	2.501
Operações de repasses do exterior	US\$	5,85% a.a.	6.137	6.138	-	12.275
Operações de empréstimos do exterior	US\$	1,66% a.a.	5	-	-	5
Total			7.092	7.645	44	14.781

21. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	31/03/2023	31/12/2022
Letras Financeiras	52.124	47.364	108.957	208.445	204.419
Total	52.124	47.364	108.957	208.445	204.419

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/03/2023
Letras Financeiras	26.515	2018	2024	CDI	150% a 155%	28.947
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.095
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	18.654
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.929
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.875
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.069
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,76%	20.169
	300	2021	2027	CDI	166%	316
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	11.224
	30.000	2021	2028	CDI	100% a 189%	31.770
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	71.265
	15.000	2023	2030	CDI	106%	15.132
Total	187.296					208.445

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2022
Letras Financeiras	26.515	2018	2024	CDI	150% a 155%	27.610
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	18.166
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.937
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.609
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.023
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,76%	19.335
	300	2021	2027	CDI	166%	305
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.755
	45.000	2021	2028	CDI	100% a 189%	49.005
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	68.671
Total	187.296					204.419

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/03/2023	31/12/2022
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	13.152	13.889
Passivo de arrendamento	16.521	17.295
Total	29.673	31.184

23. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	31/03/2023	31/12/2022
Contingências trabalhistas	8.449	8.206
Contingências cíveis	6.105	5.792
Contingências fiscais	110	-
Provisão para despesas de pessoal	5.479	9.109
Total	20.143	23.107

b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de março de 2023, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$51.759 (R\$51.020 em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, em 31 de março de 2023, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$3.604 (R\$3.604 em 31 de março de 2023).

Em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	31/03/2023		31/12/2022	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	110	55.932	-	55.123
Contingências Trabalhistas	8.449	5.484	8.206	5.346
Contingências Cíveis	6.105	809	5.792	827
Total	14.664	62.225	13.998	61.296

(iii) Movimentação das provisões passivas

	31/03/2023				31/12/2022			
	Fiscais/Obrigações Legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/Obrigações Legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	-	8.206	5.792	13.998	369	6.987	6.724	14.080
Constituição (reversão)	110	1	229	340	(369)	339	(986)	(1.016)
Atualização	-	242	84	326	-	880	54	934
Saldo final	110	8.449	6.105	14.664	-	8.206	5.792	13.998

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de março de 2023 e 2022, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de março de 2023 e 2022, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de março de 2023 e 2022 o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

24. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	31/03/2023	31/12/2022
Imposto de renda a pagar	4.999	3.496
Contribuição social a pagar	3.080	1.951
Total	8.079	5.447

25. OUTROS PASSIVOS

	31/03/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições a pagar	13.313	16.327
Honorários advocatícios	197	211
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	8.268	3.059
Negociação e intermediação de valores	1.819	7.009
Relações com correspondentes	329	329
Sociais e estatutárias	-	9.754
Recebimentos à identificar	206	173
Câmbio	2.539	(7.081)
Outros passivos	8.702	9.683
Total	35.373	39.464

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 31 de março de 2023, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$851.665 (R\$851.665 em 31 de dezembro de 2022) e está dividido em 186.441.207 ações nominativas, sendo 97.895.475 ordinárias e 88.545.732 preferenciais (186.441.207 em 31 de dezembro de 2022) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R\$49.638, contabilizado em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,60 por ação, totalizando um valor de R\$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.254.

O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022. No âmbito deste aumento de capital, foi atribuído, como vantagem adicional aos subscritores de cada nova ação de emissão da Companhia, um bônus de subscrição. Cada bônus de subscrição confere ao seu titular o direito de subscrever uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia durante um dos períodos de exercício a seguir: (i) 01 de março de 2023 a 31 de março de 2023; (ii) 01 de junho de 2023 a 30 de junho de 2023; (iii) 01 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2023; (iv) 01 de dezembro de 2023 a 31 de dezembro de 2023; (v) 01 de março de 2024 a 31 de março de 2024; (vi) 01 de junho de 2024 a 30 de junho de 2024; (vii) 01 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024; (viii) 01 de dezembro de 2024 a 31 de dezembro de 2024; (ix) 01 de março de 2025 a 31 de março de 2025; (x) 01 de junho de 2025 a 30 de junho de 2025; (xi) 01 de setembro de 2025 a 30 de setembro de 2025; (xii) 01 de dezembro de 2025 a 31 de dezembro de 2025; ou (xiii) 01 de março de 2026 a 31 de março de 2026. Os Bônus de Subscrição somente poderão ser exercidos durante os períodos mencionados anteriormente de modo que não será admitido o exercício do Bônus de Subscrição em data anterior ou posterior aos períodos de exercício.

Em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social, no montante de R\$411.982, mediante a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, verificados nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 1º semestre de 2022, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia.

b) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em R\$5.279.

No período findo em 31 de março de 2023, não houve deliberação de juros sobre o capital próprio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	20/01/2023	08/02/2023	0,061550	11.475	0,052317	9.754
Total			0,061550	11.475	0,052317	9.754

d) Ações em tesouraria

No primeiro trimestre de 2023, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 4.000.000 de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Durante o período findo em 31 de março de 2023, o Banco pine recomprou 2.948.100 ações, no montante de R\$4.695, a um custo médio de R\$1,59.

27. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	31/03/2023	31/12/2022
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(4.901)	(5.766)
Instrumentos de dívida	(4.998)	(10.210)
Efeito fiscal	97	4.444
Hedges fluxo de caixa	(56)	28
Instrumento de hedge	(102)	50
Efeito fiscal - hedge	46	(22)
Outros ajustes	(34)	(52)
Outros	(61)	(93)
Efeito fiscal - outros	27	41
Total	(4.991)	(5.790)

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

No período findo em 31 de março de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Pine não vendeu títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

28. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/03/2023	31/03/2022
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	15.782	1.679
Instrumentos de dívida	167.695	145.720
Empréstimos e adiantamentos a clientes	262.949	159.874
Total	446.426	307.273

29. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/03/2023	31/03/2022
Depósitos de instituições financeiras	8.327	430
Depósitos de clientes	288.271	173.759
Captações no mercado aberto	124.850	101.661
Obrigações por empréstimos e repasses	424	845
Obrigações por títulos e valores mobiliários	10	21
Dívidas subordinadas	8.541	4.912
Outros juros	22.496	5.272
Total	452.919	286.900

30. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Receitas de tarifas e comissões' é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	31/03/2023	31/03/2022
Comissão de Fiança	1.691	1.806
Comissão de estruturação	1.381	69
Tarifas	6.268	4.842
Outras ⁽¹⁾	1.981	328
Total	11.321	7.045

(1) Em 31 de março de 2023, refere-se, substancialmente, a receitas de prestação de serviços de corretagem de seguros da Pine Corretora.

31. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Despesas de tarifas e comissões' mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no período exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	31/03/2023	31/03/2022
Comissões	97	328
Serviços bancários	702	237
Teleprocessamento	6.082	830
Outros	411	538
Total	7.292	1.933

32. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários

	31/03/2023	31/03/2022
Instrumentos de dívida	6.950	6.764
Instrumentos de capital	1.626	2.080
Total	8.576	8.844

b) Derivativos

	31/03/2023	31/03/2022
Futuro	134.822	279.941
Opções	14.424	13.790
Swap	(13.750)	(2.762)
Termo	(30.636)	(186.183)
Total	104.860	104.786

33. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para hedge. No período findo em 31 de março de 2023 o valor de despesa com variação cambial é de R\$4.127 (despesa de R\$88.725 no período findo em 31 de março de 2022).

34. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/03/2023	31/03/2022
Recuperação de despesas	1.046	48
Rendas de aluguéis	1.242	303
Despesas com Cessão	-	(708)
Outras receitas (despesas) ⁽¹⁾	29.305	441
Outras provisões	24	20
Total	31.617	104

(1) Em 31 de março de 2023, refere-se principalmente, (i) à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar no montante de R\$13.815; e (ii) à reversão de impairment de instrumentos de dívidas, cedidos a terceiros, no montante de R\$15.000.

35. DESPESAS COM PESSOAL

	31/03/2023	31/03/2022
Proventos	15.782	13.911
Benefícios e treinamento	3.574	3.425
Encargos sociais	6.867	6.317
Participações nos resultados	784	2.129
Total	27.007	25.782

36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/03/2023	31/03/2022
Despesas de água, energia e gás	1.710	61
Despesas com alugueis	1.854	2.070
Despesas de arrendamento de bens	151	236
Despesas de comunicações	1.689	1.678
Despesas de manutenção e conservação de bens	156	280
Despesas de processamento de dados	5.548	5.194
Despesas de relações públicas	346	282
Despesas de seguros	1.906	1.308
Despesas com serviços do sistema financeiro	1.271	798
Despesas com serviços de terceiros	934	311
Despesas com serviços de vigilância e segurança	636	629
Despesas com serviços técnicos especializados	3.261	1.995
Despesas de transporte	144	116
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	795	853
Despesas de viagens	138	60
Outras despesas administrativas	2.799	2.600
Total	23.338	18.471

37. PROVISÕES LÍQUIDAS

	31/03/2023	31/03/2022
Atualização monetária	597	342
(Provisão)/Reversão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	(325)	(134)
(Provisão)/Reversão de Fianças		7.702
Total	272	7.910

38. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No período findo em 31 de março de 2023 a receita no montante de R\$9.306 (receita no montante de R\$4.038 no período findo em 31 de março de 2022) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

39. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro líquido antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	66.701	8.885
Prejuízo antes da tributação	66.701	8.885
Alíquota vigente	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(30.015)	(3.998)
Diferenças permanentes	(1.251)	(844)
Outros ajustes	(1.251)	(844)
Imposto de renda e contribuição social	(31.266)	(4.842)

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	31/03/2023	31/12/2022
<i>Impairment</i>	176.188	155.332
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(89.462)	(117.074)
Outras provisões	4.060	4.639
Outros ajustes	(2.085)	(1.026)
Prejuízo fiscal / base negativa	542.265	555.014
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	109.671	171.380
Total	740.637	768.265

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	31/03/2023	31/12/2022
Avaliação de títulos (renda fixa)	97	4.444
Avaliação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	46	(22)
Outros ajustes	27	41
Total	170	4.463

d) Movimentação de impostos diferidos

	31/03/2023	31/12/2022
Saldo inicial	772.728	784.136
Débito (crédito) ao resultado	(27.628)	(12.179)
Débito (crédito) no patrimônio líquido	(4.293)	771
Saldo final	740.807	772.728

e) Prazo de realização

	31/03/2023	31/12/2022
Até 1 ano	85.292	231.123
De 1 a 2 anos	71.344	46.465
De 2 a 3 anos	50.979	58.155
De 3 a 4 anos	66.800	117.349
De 4 a 5 anos	54.756	88.727
De 5 a 8 anos	333.881	172.509
De 8 a 10 anos	77.755	58.400
Total	740.807	772.728

40. LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 31 de março de 2023, foi de 11,12% (11,39% em 31 de dezembro de 2022), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

41. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	31/03/2023		31/12/2022	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	-	-	3.410	-
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	314.540	127	304.179	235
Outras Fianças Bancárias	42.187	965	47.415	966
Total	356.727	1.092	355.004	1.201

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

42. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 31 de março de 2023 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$4.109 (R\$1.541 em 31 de março de 2022) e a despesa de R\$33 (R\$690 em 31 de março de 2022) de acordo com os critérios definidos no plano.

Em função da reorganização do Plano de Negócios e do modelo de gestão do Banco, visando a otimização dos custos, aumento de eficiência e melhor integração, tivemos ao longo dos trimestres de 2022 despesas relacionadas com saídas e contratações de Executivos e outorga de um novo plano de retenção.

	31/03/2023	31/03/2022
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria		
Remuneração fixa	2.514	2.555
Remuneração variável	4.109	1.541
Benefícios de curto prazo	1.886	1.993
Total	8.509	6.089

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

	Data da outorga	Preço de exercício em R\$	Quantidade				31/03/2023	
			Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% Exercível	Exercida em
PLANO VIII	01/03/2018	4,09	108	108	-	-	33,33%	25/02/2019
							66,66%	25/02/2020
							100,00%	25/02/2021
PLANO IX	02/03/2018	3,34	569	461	-	108	33,33%	25/02/2021
							66,66%	25/02/2022
							81,02%	25/02/2023
PLANO X	01/09/2018	2,20	44	44	-	-	33,33%	01/09/2019
							66,66%	06/09/2020
							100,00%	01/09/2021
PLANO XI	06/09/2018	2,20	800	800	-	-	33,33%	01/11/2020
							66,66%	01/02/2021
							100,00%	01/09/2021
PLANO XIII	28/02/2023	1,76	2.804.185	-	-	2.804.185	20,00%	31/05/2023
							46,67%	28/02/2024
							73,34%	27/02/2025
Total			2.805.706	1.413	-	2.804.293	100,00%	27/02/2026

Em 31 de março de 2023, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária, concedido em 28 de fevereiro de 2023, de acordo com a Resolução nº 3.921.

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de Juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			31/03/2023	31/12/2022	31/03/2023	31/03/2022
Administradores ⁽¹⁾			2.882	2.017	(97)	(39)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	1	45	-	-
Depósitos à prazo	127% CDI e 100% IPCA	29/06/2028	1.240	152	-	(10)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	97% a 116% CDI	29/05/2024	53	35	(31)	-
Recursos de letras de crédito imobiliário	102% CDI	02/10/2025	-	263	-	(9)
Recursos de letras financeiras	150% CDI e 100% IPCA	13/04/2029	1.588	1.522	(66)	(20)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			22.349	41.999	(203)	(357)
Operações de crédito	CDI + 7,00% a.a	09/07/2024	-	20.804	-	(12)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	96	203	-	-
Depósitos à prazo	122% CDI e 100% IPCA	18/02/2028	13.457	11.748	265	(35)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	97% a 114%	29/05/2024	-	201	-	(5)
Recursos de letras de crédito imobiliário	100% a 114%	29/05/2024	203	128	(203)	(5)
Recursos de letras financeiras	150% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	8.593	8.915	(265)	(300)
Empresas ligadas			54.505	57.854	(2.216)	(1.054)
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			1	10	12	3
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			-	8	8	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.			13	12	-	9
Pine Ativos Imobiliários LTDA			1	2	5	4
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Sem vencimento	2.362	3.063	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	3.342	2.464	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)		Sem vencimento	20.179	24.679	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	39	59	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	-	3	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA		Sem vencimento	17.871	17.632	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	19/12/2024	1.795	1.740	(56)	(52)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	15/12/2023	-	-	-	(24)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99% CDI	29/11/2023	199	195	(6)	(4)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	09/09/2026	3.772	2.966	(2.025)	(164)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	05/05/2025	558	784	(18)	(2)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	01/04/2024	4.373	4.237	(136)	(624)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	31/03/2023		31/12/2022		31/03/2023	
	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.531.546	23,19	118.427.021	63,52
Pessoa Jurídica	-	-	16.289.793	18,40	16.289.793	8,74
Conselho de Administração	-	-	197.204	0,22	197.204	0,11
Administradores	-	-	2.370.136	2,68	2.370.136	1,27
Total	97.895.475	100,00	39.388.679	44,49	137.284.154	73,64

Acionistas	31/12/2022		31/03/2023		31/12/2022	
	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.465.946	23,11	118.361.421	63,48
Pessoa Jurídica	-	-	16.287.867	18,39	16.287.867	8,74
Conselho de Administração	-	-	171.604	0,19	171.604	0,09
Conselho Fiscal	-	-	2.025.976	2,29	2.025.976	1,09
Administradores	-	-	3.262.356	3,68	3.262.356	1,75
Total	97.895.475	100,00	42.213.749	47,66	140.109.224	75,15

43. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de março de 2023 é composta, conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	68.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.324
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 31 de março de 2023 o montante é de R\$12.090 com vencimento de curto prazo (R\$19.215 em 31 de dezembro de 2022).

44. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos Financeiros	Estágios			31/03/2023
	1°	2°	3°	Total
	Ativos financeiros ao custo amortizado	5.889.357	885.316	45.931
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	406.303	41.290	-	447.593
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	5.483.054	844.026	45.931	6.373.011
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	662.396	937.454	25.541	1.625.391
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	662.396	937.454	25.541	1.625.391
Garantias prestadas e responsabilidades	398.632	5.006	34.335	437.973
Limites de crédito a liberar	43.493	91.933	-	135.426
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	6.993.878	1.919.709	105.807	9.019.394
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(34.482)	(226.437)	(33.821)	(294.740)
Exposição Líquida	6.959.396	1.693.272	71.986	8.724.654

Ativos Financeiros	Estágios			31/12/2022
	1°	2°	3°	Total
	Ativos financeiros ao custo amortizado	4.825.148	1.041.457	29.075
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	367.890	15.002	-	382.892
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	4.457.258	1.026.455	29.075	5.512.788
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	114.560	845.694	42.602	1.002.856
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	114.560	845.694	42.602	1.002.856
Garantias prestadas e responsabilidades	332.972	-	34.250	367.222
Limites de crédito a liberar	44.991	107.150	200	152.341
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	5.317.671	1.994.301	106.127	7.418.099
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(38.347)	(191.736)	(19.789)	(249.872)
Exposição Líquida	5.279.324	1.802.565	86.338	7.168.227

g) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	31/03/2023	31/12/2022
	Instrumentos de dívida	140.463
Instrumentos de capital	34.643	91.527
Instrumentos financeiros derivativos	105.820	661
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	1.613.578	1.396.887
	1.754.041	1.489.075

h) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	31/03/2023	Total em % 31/12/2022
	Raro	57%
Baixo	11%	12%
Médio	5%	7%
Significativo	12%	15%
Alto	8%	11%
Muito Alto	8%	11%

O Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

i) Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Pine para fins de elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Definição de inadimplência e cura

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes, associados empiricamente a probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

- Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.

O Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias.

Agendamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.1, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Pine agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial); e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

j) Premissas de variáveis econômicas

Nos modelos de PE, o Pine utiliza informações macroeconômicas, incluindo o IGPM e a Produção Industrial com informação prospectiva para 12 meses, conforme demonstrado no quadro abaixo.

		Mar/23	Jun/23	Set/23	Dez/23	Mar/24
IGPM	Base	6,09%	3,99%	4,06%	4,29%	2,84%
Produção Industrial (%)	Base	-0,13%	-1,33%	-2,21%	-2,15%	1,34%

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste na perda esperada foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

k) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplimento do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

l) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e prevenir o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez: moderado e extremo;
- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee*.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);
- Área ALM na Tesouraria;
- Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

m) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Balanco Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

	31/03/2023				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Disponibilidades ⁽¹⁾	7.419	424.096	84.726	45.050	149.145
Títulos e valores mobiliários	-	598.585	1.277.873	2.364.556	284.585
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	298.020	2.188.528	201.172	47	-
Total	305.439	3.211.209	1.563.771	2.409.653	433.730
PASSIVO					
Depósitos de clientes	13.361	1.980.552	3.153.466	2.670.399	418.348
Depósitos de instituições financeiras	380	138.232	912.371	104.855	13.118
Captações e depósitos com liquidez disponível	-	36.234	-	-	-
Total	13.741	2.155.018	4.065.837	2.775.254	431.466
Derivativos	7.480	(364.052)	24.307	-	-
GAP	299.178	692.139	(2.477.759)	(365.601)	2.264

(1) Contém saldos referentes à Títulos Públicos com liquidez, apresentados pelo prazo final de seus vencimentos.

n) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Riscos) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk - VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MTM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s, para a data base:

o) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de março de 2023:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		31/03/2023		
		Cenários		
		Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(598.655)	(1.069.026)	(2.138.052)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	1.420.288	366.054	732.107
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(664.492)	(615.270)	(1.230.541)
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(2.305.453)	(510.056)	(1.020.112)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	13.750	902	1.804
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)	Variação nas taxas OffShore	(307.406)	(142.318)	(284.636)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(16.652.929)	(5.669.558)	(11.339.117)
Total (soma não correlacionada)*		(19.094.897)	(7.639.273)	(15.278.546)
Total (soma correlacionada)**		(11.712.000)	(4.685.606)	(9.371.212)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado em 31 de março de 2023 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).	Cenários		
		Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Curva				
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		12,85%	14,00%	14,65%
Índice de Preços (IGPM)		6,22%	88,00%	11,69%
Índice de Preços (IPCA)		6,61%	97,00%	13,01%
Taxa Referencial (TR)		10,89%	27,00%	13,83%
Taxa de Cupom de Dólar		5,93%	113,00%	12,64%
Taxa de Cupom de Outras Moedas		4,59%	381,00%	22,07%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		5,35%	54,00%	8,24%
Moedas		5,08	0,74	8,83
Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:			
Curva				
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		12,85%	25%	16,07%
Índice de Preços (IGPM)		6,22%	25%	7,77%
Índice de Preços (IPCA)		6,61%	25%	8,26%
Taxa Referencial (TR)		10,89%	25%	13,62%
Taxa de Cupom de Dólar		5,93%	25%	7,42%
Taxas de Cupom de Outras Moedas		4,59%	25%	5,74%
Taxas OffShore (Libor + outras Offshore)		5,35%	25%	6,69%
Moedas		5,08	25%	6,34

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	12,85%	50%	19,28%
Índice de Preços (IGPM)	6,22%	50%	9,33%
Índice de Preços (IPCA)	6,61%	50%	9,91%
Taxa Referencial (TR)	10,89%	50%	16,34%
Taxa de Cupom de Dólar	5,93%	50%	8,90%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	4,59%	50%	6,88%
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras <i>Offshore</i>)	5,35%	50%	8,03%
Moedas	5,08	50%	7,61

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	31/03/2023		31/12/2022	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Disponibilidades	63.301	1.352	19.274	248
Empréstimos e adiantamentos a clientes	97.815	2.960	86.122	2.738
Outros ativos	62	-	(18)	-
Total	161.178	4.312	105.379	2.986
PASSIVO				
Depósitos de clientes	-	-	2.000	-
Obrigações por empréstimos e repasses	3.177	-	3.172	-
Relações com correspondentes	14.242	707	16.080	-
Total	17.419	707	21.252	-
Derivativos	148.036	4.009	83.591	3.003
GAP	(4.277)	(404)	535	(17)

(ii) Balanço por Risco de Mercado

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	31/03/2023			31/12/2022		
	Pré	IPCA	TR	Pré	IPCA	TR
ATIVO						
Disponibilidades	315.521	459.173	-	307.245	436.574	-
Instrumentos de dívida	2.987.754	1.680.310	53.214	3.386.159	1.675.111	52.961
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.041.105	8.013	224.409	2.619.405	8.151	198.323
Total	5.344.380	2.147.496	277.623	6.312.809	2.119.836	251.284
PASSIVO						
Depósitos de clientes	6.571.225	2.094.723	-	6.530.167	2.169.834	-
Depósitos de instituições financeiras	1.286.296	124.590	-	55.670	14.553	-
Captações no mercado aberto	36.234	-	1.159	-	-	86
Total	7.893.755	2.219.313	1.159	6.585.837	2.184.387	86
Derivativos	1.194.588	1.894	-	453.771	2.629	-
GAP	(1.354.787)	(69.923)	276.464	180.743	(61.922)	251.198

p) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;
- Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental (PRSA)

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição. O Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

45. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BRGAAP e IFRS)

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, denominadas "BRGAAP" e estão sendo apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir a reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido entre o BRGAAP e o IFRS:

Resultado	Referência	31/03/2023	31/03/2022
Resultado - BRGAAP		30.587	1.809
Resultado de não-controladores ⁽¹⁾		25	-
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	8.394	4.186
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	316	(211)
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	85	67
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	(3.972)	(1.808)
Resultado - IFRS		35.435	4.043

(1) Refere-se à participação de não controladores do Fiagro Imobiliário ID Goiana. O Banco Pine possui participação de 74,94%. A avaliação para consolidação para fins de BRGAAP ainda está em fase de conclusão pela administração.

Patrimônio Líquido	Referência	31/03/2023	31/12/2022
Patrimônio Líquido - BRGAAP		895.754	868.979
Participação de não-controladores ⁽¹⁾		26.475	-
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	20.626	12.231
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	(4.842)	(5.158)
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	(2.110)	(2.195)
Ajuste IFRS - MTM <i>Hedge</i>	d	(104)	51
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	e	(8.204)	(4.302)
Patrimônio Líquido - IFRS		927.595	869.606

(1) Refere-se à participação de não controladores do Fiagro Imobiliário ID Goiana. O Banco Pine possui participação de 74,94%. A avaliação para consolidação para fins de BRGAAP ainda está em fase de conclusão pela administração.

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O BRGAAP baseia-se na Resolução CMN nº 2.682/99.

b) Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas, pelo regime de caixa.

c) Ajuste IFRS 16 - Aluguel (Contratos de arrendamentos)

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os alugueis são reconhecidos como despesa administrativa.

d) Ajuste IFRS - Ativos fiscais diferidos

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

e) Ajuste IFRS - MTM *Hedge*

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", somente a parte do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* qualificado como *hedge accounting* de fluxo de caixa, que é determinada como *hedge* eficaz, deve ser reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes. O IFRS 9 também requer que a descontinuidade do *hedge accounting* de fluxo de caixa e o ganho ou a perda cumulativa resultante do instrumento de *hedge* que se mantém reconhecido como resultados abrangentes, desde o período em que o *hedge* estava em vigor, deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até a liquidação do objeto do *hedge*.

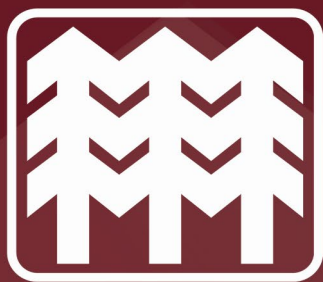
A DIRETORIA

CONTADOR

Johnata Alex Sandro Troquetti - CRC SP 305295/O-0

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas	578.443	340.639
Intermediação financeira	563.989	332.178
Prestação de serviços	4.028	5.113
Provisão/(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(30.496)	(793)
Outras	40.922	4.141
Despesas de intermediação financeira	(452.919)	(286.900)
Insumo adquiridos de terceiros	(21.060)	(8.255)
Materiais, energia e outros	(1.730)	(243)
Serviços de terceiros	(19.602)	(15.922)
Outros	272	7.910
Valor adicionado bruto	104.464	45.484
Retenções	(1.206)	(1.073)
Depreciação e amortização	(1.206)	(1.073)
Valor adicionado líquido produzido	103.258	44.411
Valor adicionado total a distribuir	103.258	44.411
Distribuição do valor adicionado	103.258	44.411
Pessoal	27.007	25.782
Remuneração direta	15.782	13.911
Benefícios	3.574	3.425
FGTS	1.395	1.086
Outros	6.256	7.360
Impostos, taxas e contribuições	38.811	10.749
Federais	36.333	8.734
Municipais	2.478	2.015
Remuneração de capitais de terceiros	2.005	3.837
Aluguéis	2.005	3.837
Remuneração de capitais próprios	35.435	4.043
Lucros retidos do período	35.435	4.043

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.



BANCO
PINE